

S&L Administração de Bens S.A.

CNPJ/MF nº 48.029.310/0001-65 – NIRE 35.300.601.238

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data: 07 de maio de 2024. **Local:** Avenida Paulista, n.º 1765, sala 71 e 72, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310- 930. **Presença:** A totalidade do capital subscrito, dispensa a publicação dos editais de convocação conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Mesa Diretora:** **Hugo Oliveira Medeiros de Carvalho**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG n.º 13.054.399-4 (SSP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o n.º 136.447.877-35, residente e domiciliado na Rua Cinco de Julho, n.º 260, Apto. 1103, Icarai, Niterói-RJ, CEP 24220-111, atuando neste ato como Presidente; e **Ana Celia Felicíssimo de Oliveira**, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, portadora do RG n.º 05.458.752-2 (SSP/RJ), inscrita no CPF/MF sob o n.º 831.777.797-91, residente e domiciliada na Estrada Vereador Alceu de Carvalho, n.2 665, Quadra S, Lote 19, Casa 2, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22790-879, atuando neste ato como Secretária. **Ordem do dia: I** Término do mandato; **II** Reeleição do membro da diretoria; **III** Posse dos membros da administração; **IV**) Alteração do objeto social; **V**) Reforma do Estatuto Social; Iniciado os trabalhos passou-se as deliberações da ordem do dia. Deliberações: **Item “I” da ordem do dia:** Com o fim do mandato em 17/05/2024, o Diretor Presidente **Hugo Oliveira Medeiros de Carvalho**, e a Diretora Vice-Presidente **Ana Celia Felicíssimo de Oliveira** que ocupam os respectivos cargos, colocam-se à disposição para nova eleição. **Item “II” da ordem do dia:** Em decorrência do item (1) foi aprovado por unanimidade e “sem reservas” pelos acionistas, a reeleição do membro da diretoria, para o período de 17/05/2024 à 17/05/2026, sendo: **Hugo Oliveira Medeiros de Carvalho**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG n.º 13.054.399-4 (SSP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o n.º 136.447.877-35, residente e domiciliado na Rua Cinco de Julho, n.º 260, Apto.1103, Icarai, Niterói- RJ, CEP 24220-111; **Item “III” da ordem do dia:** A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, deram posse nesta data ao membro reeleito da Administração, que assina conjuntamente esta Ata, que substituirá o **Termo de Posse**, confirmando o compromisso assumido, não estando impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo público. **Item “IV” da ordem do dia:** Foi aprovada por unanimidade o objeto social da Companhia que passará a ser: **I.** - Administração na compra e venda de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros; **II.** Participação no quadro de quotista ou acionistas de outras pessoas jurídicas; e **III.** Administração e gestão de outras pessoas jurídicas. **Item “V” da ordem do dia:** Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, que já considerando as alterações acima, passa a vigorar, devidamente consolidado, com redação constante no **Anexo I**. Esgotada então a ordem do dia, o Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, com nenhum acionista manifestou-se e nada mais houve a ser tratado e debatido a sessão foi suspensa para a lavratura desta Ata. Reaberto os trabalhos, esta Ata foi lida, conferida e aprovada, tendo sido consignado que todas as deliberações da Assembleia foram tomadas por unanimidade de votos, sem ressalvas de qualquer natureza. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas de Assembleia Geral da Companhia e contém 03 (três) páginas. São Paulo, 07 de maio de 2024. **Mesa Diretora:** **Hugo Oliveira Medeiros de Carvalho**, Presidente Eleito / Presidente de mesa; Ana Celia Felicíssimo de Oliveira, Secretária da mesa. Visto Advogado: Dr. Flávio Rocchi Junior Advogado, OAB/SP nº 249.767. JUCESP nº 224.996/24-1 em 19/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. I – Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Duração. Art. 1.º -S&L Administração de Bens S/A, sendo uma sociedade anônima, que se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei 6.404 de 15/12/1976 e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Art. 2.º** - A sociedade tem sede, foro e administração na Avenida Paulista, n.º 1765, sala 71 e 72, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01310-930, podendo abrir e fechar filiais ou escritórios em todos os pontos do território nacional, ou no exterior, a critério da Diretoria na ausência expressa da Assembleia Geral. **Art. 3.º** - A sociedade tem por objeto social as seguintes atividades: I. Administração na compra e venda de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros; II. Participação no quadro de quotista ou acionistas de outras pessoas jurídicas; e III. Administração e gestão de outras pessoas jurídicas. **Art. 4.º** - A sociedade tem prazo de duração indeterminado. **II - Capital Social. Art. 5.º** - O capital social fechado, subscrito em moeda corrente nacional é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Art. 6.º** Cada ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **III – Administração. Art. 7.º** - A Administração da Sociedade será exercida pela Diretoria, na forma da lei e do presente Estatuto Social. **Art. 8.º** - A Diretoria será composta por 1 (um), ou mais membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo, pela assembleia geral. **Parágrafo Único.** A Diretoria deverá ser composta por um (a) **Diretor (a) Presidente**, e se eleito o outro membro opcional, como **Diretor (a) Vice Presidente**, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. **Art. 9.º** - Nos casos de ausência ou impedimentos temporários, o (a) (os.as) Diretor (a) (es.as), substituir-se-ão mutuamente. § 1.º. Os (As) Diretores (as) permanecerão nos respectivos cargos e no pleno exercício de suas funções, até que seus sucessores sejam empossados, exceto em casos de renúncia ou destituição. § 2.º. Os (As) Diretores (as) serão investidos nos seus cargos mediante o termo lavrado e assinado no **Livro de Atas de Assembleia Geral**, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua eleição. § 3.º. Apenas pessoas naturais poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração. § 4.º A posse de administrador residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País. **Art. 10.º** - Nas hipóteses de ausência impedimento definitivo de qualquer Diretor (a), ou mesmo ocorrendo renúncia de tal cargo, será eleito novo (a) Diretor (a) por Assembleia Geral, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do evento que originou a sua ausência ou impedimento, cuja gestão terminará no prazo de gestão do anterior substituído. **Art. 11** - Compete ao (a) Diretor (a) Presidente, isoladamente, administrar todos os negócios sociais, representando a sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais e outras entidades de direito público, praticar, enfim, todos e quaisquer atos que julgar necessário para o bom andamento dos negócios sociais, inclusive a compra de bens móveis ou imóveis, ficando, porém, impedido (a) de vender ou alienar quaisquer bens que estejam incluídos na inteligência dos parágrafos seguintes, ou outro comando expresso no presente Estatuto Social. § 1.º: Fica determinado por este instrumento social, que deverá haver a aprovação de no mínimo 80% (oitenta por cento) dos acionistas com direito a voto, em Assembleia Geral designada para esse ato específico, para que ocorra a venda ou alienação de quaisquer bens do ativo imobilizado desta sociedade, bem como de quaisquer bem imóvel pertencente a essa Companhia, sendo considerado absolutamente nulo e ineficaz o ato da venda sem a prévia autorização formal da Assembleia Geral Extraordinária realizada para esse ato de venda específica. § 2.º. Fica vedado ao Diretor Presidente, ou a qualquer Diretor que o represente em sua ausência, autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, sem a prévia autorização formal da Assembleia Geral. **Art. 12** - Compete ao (a) Diretor (a) Vice-Presidente substituir o (a) Diretor (a) Presidente e vice-versa nas suas ausências e impedimentos, que deverão ser registradas no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria. É vedado ao (a) Vice-Presidente, quando do exercício da Presidência, onerar a sociedade, vender, hipotecar, ou dar bens móveis ou imóveis em garantia sem a prévia aprovação da Assembleia Geral. **Art. 13** - As procurações deverão ser assinadas pelo (a) Diretor (a) Presidente, especificando-se claramente os poderes e deverão estabelecer os prazos conferidos aos mandatários, exceto as procurações específicas para o foro em geral relacionadas a questões judiciais (*ad judicium*) que não necessitarão de prazo de validade. **Art. 14** - A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. **IV - Conselho de Administração. Art. 15** - O Conselho de Administração poderá, ou não, ser eleito, conforme decisão da Assembleia Geral, que poderá ter a característica de funcionamento não permanente, permitida a reeleição. § 1.º - Os membros do Conselho de Administração serão empossados pela assembleia geral que os eleger, mediante termo lavrado e assinado no “Livro de Atas do Conselho de Administração”. § 2.º. O Conselho de Administração terá a remuneração que for estabelecida pela Assembleia Geral que o constituir e eleger. **Art. 16** - A Administração da Sociedade será exercida pelo Conselho de Administração e, ou, pela Diretoria, na forma da lei e do presente Estatuto Social. **Art. 17** - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco), acionistas ou não, da Sociedade. § 1.º. O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos pela maioria absoluta de votos, em sessão com a presença de todos os membros do Conselho de Administração. § 2.º. Em caso de ausência justificada ou impedimento temporário de um dos membros do Conselho de Administração, este poderá delegar os seus poderes a um procurador que deverá ser, necessariamente, membro do Conselho de Administração. § 3.º Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral. O vice-presidente assumirá a Presidência do Conselho de Administração em caso de vacância deste. Na hipótese de vacância de ambos os cargos (presidente e vice-presidente), o Conselho de Administração promoverá nova eleição para preenchimento dos mesmos, nos termos do **caput. Art. 18** - Compete ao Conselho de Administração; I - Fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; II - Eleger e destituir os diretores da Sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto; III - Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, a estrutura de controles internos e as medidas adotadas pela diretoria para mitigar riscos; os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; IV - Convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente; V - Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; VI - Deliberar sobre os investimentos em projetos de expansão e melhorias, em um valor global superior aquele fixado periodicamente pelo próprio Conselho de Administração; VII - Escolher e destituir os auditores independentes, se houver; VIII - Deliberar sobre a criação de comitês da Sociedade, suas regras de funcionamento e atribuições. **V - Conselho Fiscal. Art. 19** - O Conselho Fiscal poderá ou não ser eleito, conforme decisão da Assembleia Geral e será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e supletos em igual número, acionistas ou não. **Art. 20** - O Conselho Fiscal, será eleito e instalado pela Assembleia Geral em que for solicitado o seu funcionamento, poderá ter a característica de funcionamento não permanente, sendo permitida a reeleição de seus membros. § 1.º. Quando o funcionamento não for permanente, será instalado pela assembleia geral a pedido dos acionistas e cada período de seu funcionamento terminará na primeira assembleia-geral ordinária após a sua instalação. § 2.º. O Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará as demonstrações financeiras ao menos trimestralmente. § 3.º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. § 4.º. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. § 5.º - Todas as Deliberações do conselho fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Art. 21** - Compete ao Conselho Fiscal, dentre outras atribuições e poderes que lhe são conferidos por lei: I - Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II - Opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à fiscalização da assembleia geral; III - Opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; IV - Denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; V - Convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; VI - Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; VII - Examinar as demonstrações financeiras de exercício social e sobre elas opinar; VIII - Exercer essas atribuições, durante a licitação. **Art. 22** - A remuneração dos membros do conselho fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. **VI - Elegibilidade dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal. Art. 23** - Compete à assembleia geral de acionistas, quando a lei estabelecer certos requisitos para a investidura do cargo, exigir a exibição dos comprovantes respectivos, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede da companhia, bem como os comprovantes das demais condições de elegibilidade (inexistência de impedimentos). **VII - Assembleia Geral. Art. 24** - A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o Estatuto Social, possui poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social, bem como para tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. **Art. 25** - A Assembleia Geral será presidida pelo (a) diretor (a) presidente da Companhia, ou pelo substituto que este vier a designar, ou, por um acionista escolhido pelos (as) presentes. § 1.º. O (A) Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os presentes, o Secretário (a) da mesa. § 2.º. A Assembleia Geral será realizada na sede social da Companhia, podendo ser realizada fora da sede social por motivo de força maior ou por outro motivo previsto em lei. § 3.º. Além da forma presencial a Companhia poderá realizar Assembleia Geral, de modo digital utilizando-se de plataformas (sistemas) seguras, que colaborem com a confidencialidade das informações geradas na referida Assembleia. **Art. 26** - A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á ordinariamente nos 04 (quatro) primeiros meses, após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas em lei. **Art. 27** - A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que os interesses societários, este Estatuto Social ou a legislação aplicável exigirem decisões dos acionistas. **Art. 28** - Somente poderão comparecer às Assembleias Gerais os proprietários de ações cujos nomes estejam inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data designada para a realização da correspondente Assembleia. **Parágrafo Único.** O acionista pode ser representado em Assembleia Geral por procurador constituído, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado, desde que a procuração seja específica, bem como esteja vigente. **Art. 29** - A assembleia geral extraordinária, que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, mas poderá instalar-se, em segunda convocação, com qualquer número. **Art. 30** - Havendo a presença da totalidade do capital subscrito na Assembleia Geral será dispensada a exigência da publicação dos Editais de Convocação, conforme dispõe o art 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **VIII - Exercício Social. Art. 31** - O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo ser levantado o balanço geral e demais demonstrações financeiras em 31 de março de cada ano. **Parágrafo Único.** O (A) Diretor (a) poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias sempre que julgar conveniente. Os resultados apurados nesses balanços poderão ser destinados para distribuições ou antecipações de dividendos intermediários ou para outras aplicações a critério da Assembleia Geral. **Art. 32** - Do lucro líquido apurado em cada balanço serão destinados: **a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. **b)** 25% (vinte e cinco por cento) depois de deduzida a reserva legal, será destinada para uma reserva estatutária em nível de reserva para expansão ou contingências. e) O saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia estabelecer. **IX - Liquidação. Art. 33** - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes, cabendo a Assembleia Geral estabelecer o modo de sua liquidação. **X – Disposições Gerais. Art. 34** - Os casos omissos no presente Estatuto serão regidos pela legislação em vigor pertinente a matéria específica. São Paulo, 07 de maio de 2024. **Hugo Oliveira Medeiros de Carvalho**, Diretor Presidente; Dr. Flávio Rocchi Júnior, Advogado, OAB/SP , nº 249.767.

Elera Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 02.808.298/0001-96 – NIRE 35.300.649.851

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 02 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: No dia 02 de junho de 2025, na sede social da Elera Renováveis S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Condomínio Parque da Cidade – Torre Paineira – 3º andar, bairro Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.794-000, às 09:00 horas. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista o comparecimento dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Publicação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2024, foram publicadas no Jornal Data Mercantil, edição de 29 de maio de 2025, página 07. Dispensada a publicação do aviso, de que trata o artigo 133 da Lei nº 6404/76, em face do disposto no § 4º do mesmo artigo da referida Lei. **4. Mesa:** Foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli e para secretariá-los o Sr. Guilherme Braga Lacerda. **5. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024; (iii) tomar conhecimento da renúncia de membros da Diretoria Executiva da Companhia; (iv) eleger/releger os membros para a Diretoria Executiva da Companhia; e (v) fixar a remuneração global dos diretores. **Em Assembleia Geral Extraordinária** (i) alterar o prazo de gestão dos membros da diretoria; (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia, para refletir as deliberações decorrentes desta assembleia; e (iii) demais assuntos de interesse social. **6. Deliberações:** Os acionistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **Em Assembleia Geral Extraordinária:** **6.1.** Resolvem aprovar a alteração do prazo de gestão dos membros da Diretoria da Companhia, de 01 (um) ano para 2 (dois) anos. **6.1.1.** Em razão da deliberação acima, resolve alterar o § 1º do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: “**Art. 15. (...) § 1º. Os membros da Diretoria serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, tendo mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a investidura de seus substitutos.** **6.2.** Aprovar a consolidação da redação do Estatuto Social da Companhia, a qual segue acostada como “Anexo I” à presente ata. **6.3.** Aprovar, nos termos do artigo 289 da Lei de Sociedades Anônimas, a realização de todas as publicações da Companhia, previstas em lei, no jornal “**Data Mercantil**”. **Em Assembleia Geral Ordinária:** **6.4.** Aprovar, em sua íntegra, sem ressalvas ou restrições, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório de Auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme publicadas. **6.5.** Aprovar a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social encerrado em 31.12.2024, elaborada pela Administração, cujo valor total é de **R\$ 156.783.875,01** (cento e cinquenta e seis milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco reais e um centavo), **destinando:** (i) **R\$ 39.195.968,75** (trinta e nove milhões, cento e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, para pagamento de **dividendo mínimo obrigatório**, dos quais **R\$ 38.195.968,75** (trinta e oito milhões, cento e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) foram pagos aos acionista na proporção de suas participações no capital social, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2025 (AGE 26.03.2025), restando, portanto, um saldo remanescente de **R\$ 1.000.000** (um milhão de reais) a ser distribuído aos acionistas, conforme previsto no artigo 27, § 2º do Estatuto Social da Companhia e no artigo 202 da Lei 6.404/76; e (ii) **R\$ 117.587.906,26** (cento e dezessete milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e seis reais e vinte e seis centavos), correspondente ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício, dos quais **R\$ 51.804.031,25** (cinquenta e um milhões, oitocentos e quatro mil, trinta e um reais e vinte e cinco centavos) foram pagos aos acionista na proporção de suas participações no capital social, conforme AGE 26.03.2025, restando, portanto, um saldo remanescente de **R\$ 65.783.875,01**, destinados a conta de **Reserva de Lucros**, conforme previsto no artigo 27, § 3º do Estatuto Social da Companhia. **6.5.1.** Aprovar que não serão destinados recursos do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2024 da Companhia à constituição de **Reserva Legal**, uma vez que a reserva legal já atingiu o limite de 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. **6.5.2.** Consignar que o montante de **R\$ 23.996.900,92** (vinte e três milhões, novecentos e noventa e seis mil, novecentos e noventa e dois centavos), correspondente à realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial, destinados, em sua integralidade a conta de **Reserva de Lucros**. **6.6.** Tomar conhecimento da renúncia ao cargo de membro da Diretoria Executiva da Companhia, apresentado em 02 de dezembro de 2024, pelo Sr. **Fernando Mano da Silva**, eleito em 06 de agosto de 2024, registrando votos de louvor e agradecimento por toda sua dedicação e pelos serviços prestados à Companhia. **6.7.** Tomar conhecimento da renúncia ao cargo de membro da Diretoria Executiva da Companhia, apresentado em 30 de dezembro de 2024, pelo Sr. **Marcio Varella Calux**, eleito em 06 de agosto de 2024, registrando votos de louvor e agradecimento por toda sua dedicação e pelos serviços prestados à Companhia. **6.8.** Tomar conhecimento da renúncia ao cargo de membro da Diretoria Executiva da Companhia, apresentado em 18 de março de 2025, pelo Sr. **Flavio Martins Ribeiro**, eleito em 06 de agosto de 2024, registrando votos de louvor e agradecimento por toda sua dedicação e pelos serviços prestados à Companhia. **6.9.** Para compor a Diretoria da Companhia, resolvem **eleger:** (i) **Karin Regina Luchesi**, brasileira, casada, engenheira, portadora da cédula de identidade nº 27371339, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 219.880.918-45, para o cargo de **Diretora Presidente**; e (ii) **Francisco João Di Mase Galvão Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 34.203.074-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 219.993.118-84, para ocupar os cargos de **Vice-Presidente de Operações** e **Vice-Presidente de Engenharia e Construção**; e ainda **releger** os senhores: (i) **Carlos Guerra Farias**, natural do México, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº V617415A, expedido pelo DEPMF/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 233.668.438-10, para ocupar os cargos de **Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Projetos**; **Diretor Vice-Presidente de Comercialização**; **Diretor Vice-Presidente de Finanças**; e (ii) **Carlos Gustavo Nogari Andrioli**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PR sob o nº 21.793 e no CPF/MF sob o nº 861.403.379-68, para ocupar os cargos de **Diretor Vice-Presidente de Serviços Jurídicos** e **Consultor Geral** e **Diretor Vice-Presidente Executivo**, todos com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Condomínio Parque da Cidade – Torre Paineira – 3º andar, bairro Vila Gertrudes, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.794-000, e com prazo de gestão de até 02 (dois) anos a contar da data desta Assembleia, conforme o artigo 15, § 1º do Estatuto Social. **6.9.1.** Os Diretores, ora eleitos e/ou reeleitos, presentes à Assembleia, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suspeita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, sendo desde logo investidos nos cargos para os quais foram eleitos e/ou reeleitos, mediante assinatura do **correspondente termo de posse**. **6.10.** Os acionistas consignaram que, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e/ou reeleitos e as sociedades do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam e/ou receberão no passado e/ou no futuro, qualquer remuneração para o presente exercício social, bem como do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. **7. Encerramento e Lavratura:** O Sr. Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi devidamente assinada pelos acionistas e pelos integrantes da mesa que a presidiram. São Paulo, SP, 02 de junho de 2025. **Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Presidente; **Guilherme Braga Lacerda** – Secretário. **Acionistas: Elera Renováveis Participações S.A.** por Carlos Gustavo Nogari Andrioli e p.p. Guilherme Braga Lacerda; **Itisa Holding LLC** por Carlos Gustavo Nogari Andrioli. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 213.186/25-1 em 23/06/2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Uni.Co S.A.

CNPJ/MF nº 15.825.887/0001-24 – NIRE 35.300.541.481

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de agosto de 2025

Data, Hora e Local: 19 de agosto de 2025, às 11h, de forma exclusivamente digital, sendo considerada como realizada na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o comparecimento da sua única acionista, representando a totalidade do capital da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Leonardo Coelho Pereira; Secretária: Sra. Camille Loyo Faria. **Deliberações:** 1. Aumentar o capital social da Companhia no montante de R\$ 54.700.000,00 (cinquenta e quatro milhões e setecentos mil reais), mediante a emissão \$ 54.700.000 (cinquenta e quatro milhões e setecentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, fixado livremente pela única acionista, uma vez que não se verificaram os riscos de diluição ou de prejuízos a minoritários que o art. 170 da Lei nº 6.404/76 visa cobrir. 1.1. Em razão da deliberação acima, o capital social atual da Companhia, correspondente a R\$ 117.946.448,47 (cento e dezessete milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos), dividido em 83.613.247 (oitenta e três milhões, seiscentos e treze mil, duzentos e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, **passará** para R\$ 172.646.448,47 (cento e setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos), representado por 138.313.247 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e treze mil, duzentas e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. 1.2. Todas as ações ordinárias emitidas são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, companhia aberta, com sede na Rua Sacadura Cabral nº 102, parte, Saúde, CEP 20.081-902, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.776.574/0006-60 (“Acionista”), sendo certo que o montante total de R\$ 54.700.000,00 (cinquenta e quatro milhões e setecentos mil reais) será integralizado em moeda corrente nacional até 30 de novembro de 2025, conforme disposto no Boletim de Subscrição anexo à presente ata (“Anexo I”). 2. Tendo em vista o aumento de capital social ora aprovado, o *caput* do art. 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 5º** – O capital social da Companhia é de R\$ 172.646.448,47 (cento e setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos), dividido em 138.313.247 (cento e trinta e oito milhões, trezentos e treze mil, duzentas e quarenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal”. 3. Aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 19 de agosto de 2025. **Mesa: Leonardo Coelho Pereira** – Presidente; **Camille Loyo Faria** – Secretária. **Acionista:** Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial Leonardo Coelho Pereira Camille Loyo Faria.

Promafa Produtos de Mandioca Fadel S.A.

CNPJ/MF nº 53.594.016/0001-36 – NIRE 35.300.581.733

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocadas as sócias **RK Negócios e Participações Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.049.912/0001-34, **Panobianco Engenharia-Eireli.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.829.510/0001-55, e **VSIM Negócios e Participações Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.660.661/0001-31, a se reunirem, em 1ª (primeira) convocação, na data de 30 de setembro de 2025, às 10:00 horas, e em 2ª (segunda) convocação às 11:00 horas para a **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária** da sociedade anônima de capital fechado **Promafa Produtos de Mandioca Fadel S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.594.016/0001-36, nos termos das disposições do Artigo 10 de seu Estatuto Social, que será realizada na sua sede social, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: - **i)** Retificação do ano do exercício mencionado no item ii da “Ordem do Dia” e das “Deliberações” da Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de dezembro de 2024, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 264.507/25-3; **ii)** Ratificação do item ii,1) das “Deliberações” da Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19 de dezembro de 2024, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 264.507/25-3; **iii)** Análise e Aprovação das contas dos administradores dos exercícios findos em 31.12.2021, 31.12.2022, 31.12.2023 e 31.12.2024; e **iv)** Ratificação das providências que serão tomadas, pela Companhia, frente às irregularidades cometidas pela Sra. Silviane em sua gestão. Palmital/SP, 19 de setembro de 2025. **Antônio Valdei da Silva e Bruna Eloá Toresim Mauro** – Diretores.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

